

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
SERVIÇO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO
OFN Nº 27, DE 2014
EM 16.06.14



10 JUN 2014

Superior Tribunal de Justiça

A Comissão Mista de Planos,
Contas e Relações
Fiscais

Em 12/06/2014

Ofício n. 1 03 1/GP

Brasília, 30 de maio de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Brasília - DF

Assunto: Encaminhamento do Relatório de Gestão

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Encaminho a Vossa Excelência, em conformidade com o inciso I do art. 5º da Lei n. 10.028, de 19 de outubro de 2000, o relatório de Gestão Fiscal do Superior Tribunal de Justiça referente ao primeiro quadrimestre de 2014.

Respeitosamente,


Ministro Felix Fischer
Presidente

Senado Federal
Protocolo Legislativo
OFN nº 27 2014
Fls. 01



Superior Tribunal de Justiça

PORTARIA STJ N. 287 DE 23 DE MAIO DE 2014.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, inciso XX, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, na forma do anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2014, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FELIX FISCHER

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	772.834.443,58	3.231.467,82	776.065.911,40
Pessoal Ativo	529.123.919,75	2.168.921,69	531.292.841,44
Pessoal Inativo e Pensionistas	243.710.523,83	1.062.546,13	244.773.069,96
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	181.370.988,86	1.062.546,13	182.433.534,99
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	395.821,21	0,00	395.821,21
Despesas de Exercícios Anteriores	2.620.929,90	1.062.546,13	3.683.476,03
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	178.354.237,75	0,00	178.354.237,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	591.463.454,72	2.168.921,69	593.632.376,41

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL


RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV) * 100	0,087199%	0,000320%	0,087519%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - < % >	0,223809%		1.518.079.533,75
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - < % >	0,212619%		1.442.175.557,07
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - < % >	0,201428%		1.366.271.580,38

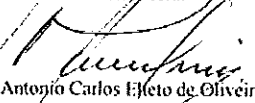
FONTE

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

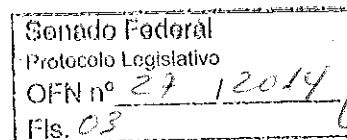
- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNJ.


 Mauricio Antonio do Amaral Carvalho
 Diretor Geral


 Antonio Carlos Efeito de Oliveira
 Secretário de Administração e Finanças


 Angela Merce Teixeira Neves
 Secretária de Controle Interno





SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 287, DE 23 DE MAIO DE 2014

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo art. 21, Inciso XX, do Regimento Interno e atendendo ao disposto no art. 54, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º - Aprovar, na forma do Anexo, o relatório de gestão fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2014, bem como autorizar sua publicação na imprensa oficial e disponibilização na internet, consoante previsto no art. 55, § 2º, da Lei Complementar n. 101/2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mín. FELIX FISCHER

ANEXO

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGE - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	R\$ (100)		
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	772.834.443,54	3.231.467,81	776.665.911,40
Personal Ativo	573.123.918,75	2.168.921,69	575.292.840,44
Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 15 da LRF)	243.710.524,83	1.662.546,13	245.373.070,96
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, I e II da LRF) (III)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	181.270.588,86	1.862.536,13	183.133.124,99
Despesas de Demissão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	325.821,21	0,00	325.821,21
Incentivos e Prestações em Restos Vinculados	3.620.929,90	1.693.546,13	5.314.476,03
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (II - III)	591.463.854,72	2.168.921,69	593.632.776,41
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) Nota 3			678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (IV) x 100			86,75119%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <5%>	9,22580%		1.518.879.543,72
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <2%>	0,21241%		1.423.175.557,87
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF) - <5%>	0,20128%		1.246.271.201,28

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Os percentuais aplicados foram alterados conforme Resolução n. 177, de 06 de agosto de 2013, do CNL.

MAURICIO ANTONIO DO AMARAL CARVALHO
Diretor-Geral

ANTONIO CARLOS ELTIO DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

ANGELA MERCE FUXEIRA NEVES
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PORTARIA Nº 342, DE 21 DE MAIO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo a presente Portaria, relativo ao 1º quadrimestre do exercício 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JAMES M. DE MEDEIROS

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO/2013 A ABRIL/2014		
RGE - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	R\$	
	DESPESA EXECUTADA Nota 1 (Últimos 12 meses)	LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (a) (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II) Nota 2	65.139.557,86	523.364,68
Personal Ativo	57.935.034,60	523.364,68
Personal Inativo e Pensionistas	7.204.523,26	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 19, I e II da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, I e II da LRF) (III)	6.798.594,11	29.458,77
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Despesas de Demissão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	25.715,58	29.458,77
Incentivos e Prestações em Restos Vinculados	6.772.878,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (II - III)	58.340.963,75	493.905,91
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (III + IIIb)		58.834.869,66
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) Nota 3		678.292.443.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (IV) x 100		8,675119%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <5%>	0,21241%	11.502.164,97
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <2%>	0,045821%	187.183.712,81
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 29 da LRF) - <5%>	0,070712%	181.547.151,64

Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II da Lei 4.320/64.

2 - As despesas com autarquias mantidas e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

3 - Valor referente à Portaria STN nº 276 de 19/05/2014 (DOU de 20/05/2014).

4 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 21/maj/2014 às 16:00 horas.

ESMERALDO DE LUCENA JUNIOR
Gestor Financeiro

RAQUEL HELENA PINÃO JAVARES
Controladora de Controle Interno
Substituta

De acordo,

MARIA CELINA BRAVO
Diretora-Geral

Des. JAMES M. DE MEDEIROS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 44X, DE 26 DE MAIO DE 2014

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea "a" do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tomar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão referente ao primeiro quadrimestre de 2014 - Demonstrativo da Despesa Com Pessoal.

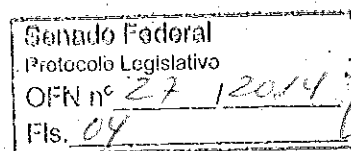
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO

ANEXO

UNIAO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2014

RGE - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") DESPESA COM PESSOAL	R\$ mil/hor	
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	LIQUIDADAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (a) (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (II)	99.070.349,65	
Personal Ativo	84.709.036,90	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 1º do art. 18 da LRF)	14.361.312,75	



- Aviso nº 11 de 2014-CN: Aviso nº 521, do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 1º trimestre de 2014.

- Ofício nº 27 de 2014-CN: Ofício nº 1.031, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que encaminha o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2014.

Calendário de tramitação (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 18/6/2014

Até 23/6 prazo para publicação da matéria;

Até 8/7 prazo para apresentação de relatório;

Até 15/7 prazo para apresentação de emendas ao relatório; e

Até 5/8 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria será publicada no Diário do Senado Federal de 19 de junho do corrente.

A matéria será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.



Ofício nº 299 (CN)

Brasília, em 02 de julho de 2014.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Henrique Eduardo Alves
Presidente da Câmara dos Deputados

Assunto: Relatório de Atividades do TCU e Relatório de Gestão Fiscal do STJ.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Presidência recebeu os Relatórios dos seguintes Órgãos:

- Tribunal de Contas da União: Aviso nº 11, de 2014–CN (Aviso nº 521, de 2014, na origem), referente ao 1º Trimestre de 2014; e

- Superior Tribunal de Justiça: Ofício nº 27, de 2014–CN (Ofício nº 1.031, de 2014, na origem), referente ao 1º Quadrimestre de 2014.

As matérias, publicadas no Diário do Senado Federal de 19 de junho do corrente ano, vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Em anexo, encaminho a Vossa Excelência calendário para a tramitação das matérias.

Atenciosamente,

Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

kvp/Relatórios de Atividade do TCU e Gestão Fiscal do STJ)

Secretaria-Geral da Mesa SENSO 02/JUL/2014 10:52
Pontos 1148 Ass.:
Driana

Secretaria de Expediente

Nº 299
Fls. 06